



Ministra do STM que pediu vista em processo sobre Dilma já assessorou PT

A ministra Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar, pediu vista da ação em que o jornal *Folha de S. Paulo* pede para ter acesso ao processo que levou a candidata à presidência Dilma Rousseff (PT) à prisão durante a ditadura militar. Reportagem da *Folha* revela que a ministra trabalhou na Casa Civil e assessorou deputados do Partido dos Trabalhadores.

Segundo a notícia, Maria Elizabeth Rocha foi assessora da subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil de fevereiro de 2003 a março de 2007, quando foi nomeada, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministra do STM. Sua indicação partiu de Dilma, que chefiou a Casa Civil de 2005 a 2010. Procuradora federal da Advocacia-Geral da União, Maria Elizabeth ficou na Casa Civil até assumir o posto no STM.

O tribunal julgava, nesta semana, ação apresentada pelo jornal para acessar os autos arquivados no tribunal há 40 anos, referentes à participação de Dilma na luta armada. O julgamento estava empatado em dois a dois e foi paralisado pela ministra, sob o argumento de que precisava de "mais informações".

Questionada se não se considerava impedida de atuar em processo referente a candidata, Maria Elizabeth respondeu, por e-mail, ao jornal: "Não há motivo, nem ético, nem legal, para que eu me declare impedida ou suspeita de julgar o mandado de segurança". Ela também afirmou não conhecer Dilma pessoalmente.

"Pretendo retornar com os autos dentro de três sessões ordinárias", disse. Se respeitado o prazo, o julgamento deve ser retomado em duas semanas. A ministra do STM também disse que "não configura qualquer impedimento" o fato de ela ter advogado para a liderança do PT ou parlamentares do partido, como os casos dos deputados João Paulo Cunha (SP) e Virgílio Guimarães (MG).

A advogada do jornal, Taís Gasparian, disse que espera uma decisão até o segundo turno, para que os leitores tenham mais informações sobre o passado de Dilma.

O processo sobre a candidata petista estava trancado em cofre no STM. O material foi retirado dos arquivos e mantido em sigilo por decisão do presidente da corte, ministro Carlos Alberto Marques Soares. Ele disse que queria evitar o uso político do material.

O Mandado de Segurança foi apresentado pelo jornal depois que o presidente do STM negou acesso à *Folha*. Na semana passada, o relator do Mandado de Segurança, ministro Marcos Torres, negou a liminar. Disse que a decisão deveria ser do plenário do STM.

Ainda segundo a *Folha*, o STM retirou de seu site relatos de ações históricas. No site, havia uma seção que exibia o teor de julgamentos históricos ocorridos no tribunal, como o de participantes da Intentona Comunista, de 1935, e a Revolução Tenentista, de 1922.

A publicidade de outros julgamentos históricos foi um dos argumentos usados pela advogada Taís



Gasparian para o tribunal liberar os documentos de Dilma Rousseff. Até a semana passada, contudo, era possível consultar os dados no link "julgamentos históricos".

Segundo o STM, a seção foi retirada do ar por causa de uma determinação de 2006 para a correção de dados historiográficos imprecisos nos processos. O STM não confirmou a data em que o link saiu do ar nem informou a previsão de retorno dos dados.

Date Created

08/10/2010